



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

**Parecer:** 33/2025

**Projeto de Lei:** 33 de 15 de maio de 2025

**Autor:** Executivo Municipal

**Matéria:** Autorização para a abertura de crédito especial com o fito de devolver recursos vinculados ao protocolo RES-RS-4321436-20230628-01.

**Relator:** Lucas Justin Vieira

**Conclusão:** Favorável

**Ementa:** *Autoriza a abertura de crédito especial no valor total de R\$ 91.073,74 (noventa e um mil e setenta e três reais e setenta e quatro centavos).*

### Relatório

O projeto de Lei em questão fora apresentado nesta Casa Legislativa no dia 15 de maio de 2025 e tem como escopo “a abertura de crédito especial no valor total de R\$ 91.073,74 (noventa e um mil e setenta e três reais e setenta e quatro centavos), para fins de devolver recursos vinculados ao protocolo RES-RS-4321436-20230628-01, ante a impossibilidade de execução da aplicação do recurso visto que não havia valor suficiente para a execução da obra prevista na época do recebimento da rubrica”.



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Parecer

Em observância ao proposto PL, verifica-se que este atende aos princípios contidos na Magna Carta no tocante à legalidade, publicidade e eficiência, não se descurando estar em consonância com o disposto no Art. 30, incisos I e III; Art. 37, inciso IX; Art. 165, § 8º e Art. 166.

Ao falarmos de operações de crédito tanto complementares como especiais devemos nos debruçar sobre o que preceitua à Lei Federal nº 4.320/1964 que estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, além da Lei de Orçamento Anual do Município de Terra de Areia.

A competência desta casa legislativa para proferir parecer acerca do versado possui previsão explícita na Constituição da República em seu Art. 167, III e V<sup>1</sup>, além do contido no Art. 7º, §2º e 3º da Lei Federal 4.320/1964<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Art. 167. São vedados: III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, **ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta**; V - **a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa** e sem indicação dos recursos correspondentes;

<sup>2</sup> Art. 7º A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para: [...] § 2º O produto estimado de operações de crédito e de alienação de bens imóveis somente se incluirá na receita quando umas e **outras forem especificamente autorizadas pelo Poder Legislativo em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las no exercício**; § 3º **A autorização legislativa a que se refere o parágrafo anterior, no tocante a operações de crédito, poderá constar da própria Lei de Orçamento.**



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

De outra ponta, ao tratarmos da autorização de abertura de créditos adicionais, importante conceituar que, os créditos especiais, segundo Art. 41, II, da Lei Federal 4.320/1964, são aqueles destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica, devendo ser autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Outrossim a abertura de créditos especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa, não se descurando que referida autorização requer a autorização para devolução de crédito especial aberto e recebido conforme Portaria 3.069 da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil e Lei Municipal nº 2.786, de 27 de dezembro 2023.

Para além o art. 30, parágrafo único, da LDO, refere que não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, também se aplicando no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à



**CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Portanto, em vista do explanado esta comissão legislativa manifesta-se favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei para que surta seus efeitos materiais e jurídicos.



CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## Conclusão do Voto

Diante dos fundamentos retro expostos, esta relatoria, após debate realizado na Comissão, disponibiliza o presente voto favorável à tramitação da matéria.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2025.

Vereador Presidente

Vereador Relator

Pelas Conclusões:

Vereador

Vereador

Vereador

Vereador